

Interações no ciberespaço: novos horizontes para uma Antropologia na hipermídia

Darnisson Viana Silva*

Resumo

Este artigo busca focalizar algumas problemáticas presentes nas abordagens antropológicas voltadas às novas modalidades de interação humana no mundo contemporâneo. Elas apontam para questões sobre como lançar luz a novos saberes e fazeres etnográficos, tendo em vista as ambiguidades produzidas tanto pelos sujeitos observados, quanto pelos métodos e análises adotados pela Antropologia em ambientes da hipermídia e de novas tecnologias. Dessa forma, faz-se um sucinto exame dos dilemas da autoria e da autoridade etnográfica no exercício do pesquisador, por meio do qual nos propomos a pensar as dimensões de apreensão ontológica do “real” / “virtual” da alteridade mediante o uso dessas novas tecnologias.

Palavras-chaves: Cibercultura e ciberespaço, (n)etnografia e ambiguidades, “Estar Lá” on-line e off-line.

Abstract

This article aims to focus on some problematic for an anthropology oriented by approaches to new forms of human interaction in the contemporary world. They point to issues around how to shed light to new ethnographic knowledge and practices, given the ambiguities produced both by the subjects as observed by the methods adopted for the analysis and Anthropology in hypermedia environments and new technologies. Thus, is made a brief examination of the authorship and authority dilemmas in the exercise of ethnographic research, where we propose to think about the dimensions of ontological apprehension of the "real" / "virtual" otherness through the use of these new technologies.

Keywords: Cyberculture and cyberspace, (n)ethnography and ambiguities, Being There on-line and off-line.

*Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - Campus/Marília-SP. E-mail: darnissonviana@yahoo.com.br

Introdução

No mundo contemporâneo o desenvolvimento de novas tecnologias tem produzido grandes mudanças no comportamento dos indivíduos e, em especial, na subjetividade daqueles pertencentes diretamente à “Geração digital” (NICOLLACI-DA-COSTA, 2006). Estas novas tecnologias colocam à disposição não só novos saberes, mas, sobretudo novas possibilidades de interação, conseqüentemente uma nova relação com a cultura¹ emerge, ou melhor, uma cibercultura² se faz proeminente no atual contexto. A recorrência e/ou facilidade das novas gerações do uso de novos suportes de informação e de outras formas de linguagem para produzir, reproduzir ou mesmo consumir informação – a exemplo da fusão do hipertexto com a multimídia (a hipermídia) – pode ser observada e analisada por uma dupla apropriação: 1) Como via de acesso e entretenimento de produtos culturais e tecnológicos como parte de toda relação mercadológica atual; 2) Como novo espaço de socialização do conhecimento, de organização da vida e construção de subjetividades no processo atual de comunicação planetária.

Não há como negar as facilidades que trazem os recursos tecnológicos da contemporaneidade na consumação de nossas vidas. Tendo em vista estes aspectos, uma parte dos estudos antropológicos, recentemente, tem direcionado suas preocupações em compreender relações que hoje estão engendradas em termos deste contexto e experienciadas no emaranhado de suas extensões. Uma das questões que logo surge quando abordamos estas novas relações é o real alcance do método e da perspectiva teórica adotados no viés analítico. Magnani (2009) a respeito do inusitado entendimento da pesquisa etnográfica, no meio empresarial, como “uma espécie de estágio”³ nos faz pensar

¹ Cultura aqui entendida nos termos de Fredrik Barth, do qual sua avaliação da noção de cultura interessa explorar o grau e os tipos de conexões verificados neste domínio em várias condições de sociedade (BARTH, 2000). E de Manuela Carneiro da Cunha para quem “a cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p.101).

² “Longe de ser uma subcultura dos fanáticos pela rede, a cibercultura expressa uma mutação fundamental da própria essência da cultura. [...] a chave da cultura do futuro é o conceito de universal sem totalidade” (LÉVY, 1999, p. 247) “[...] Essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema da desordem, essa transparência labiríntica, chama-o de 'universal sem totalidade.' Constitui a essência paradoxal da cibercultura” (LÉVY, 1999, p. 111).

³ O autor, em seu artigo, inicia sua comunicação fazendo uma reflexão sobre a disseminação da etnografia em

como algumas distorções podem trazer alguns constrangimentos para nossa área de conhecimento. Tais reflexões nos orientam para exprimir algumas inquietações: qual a especificidade da etnografia? Como descrever esse momento às vezes fugidio, mas decisivo no trabalho de campo de todo antropólogo?

Se levarmos em conta, por um lado, o que propõe Magnani no sentido de encarar a etnografia como *prática e experiência*; de proceder com um olhar de *perto* e de *dentro* a partir dos arranjos dos próprios atores sociais envolvidos; de encarar a paisagem onde a ação se dá não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise; de afirmar que não se pode separar etnografia nem das escolhas teóricas, nem da particularidade dos objetos de estudos que impõe estratégias de aproximação com os sujeitos observados e no trato com os interlocutores (MAGNANI, 2009). Como proceder quando o “Campo” é encontrado a partir do emaranhado de *links* na hipermídia? Quando os horizontes antropológicos constituem ubiquamente materiais simbólicos, imagens, sons e textos dispersos nas malhas da interface gráfica da *web*? Quando o cenário, seus equipamentos e práticas sociais são apresentados parcialmente na tela do computador, evidentemente o “Estar Lá” que autoriza e legitima um tipo textual (ao contrário do que fizeram os empreendimentos etnográficos clássicos, que nem por isso deixam de ser questionados) não se realiza plenamente e nos coloca, portanto, novos desafios ou senão problemas peculiarmente complexos e instigantes.

Quando o “Campo” é o campo da desordem, do fluxo-fluído e do fugidio.

A literatura emergente sobre a Internet tem focado suas abordagens em comunidades e relacionamentos *on-line* “implementando” o que poderíamos chamar de “etnografias virtuais” ou “etnografias do ciberespaço” (HINE, 2000) fazendo surgir desdobramentos e usos do significado do termo “etnografia” em variadas disciplinas adjacentes. Christine Hine aponta como aspecto fundamental quanto a aplicabilidade dos métodos tradicionais da antropologia a contextos digitais a questão da flexibilidade e nos coloca reflexões muito pertinentes.

outras áreas, cujas apropriações trazem uma série de mal-entendidos e conseqüentemente “certa” banalização do método aludido.

Os fenômenos digitais são muito complexos. Existem em múltiplos espaços, são fragmentados e costumam ser temporalmente complexos. Não podemos esperar ter uma vivência de um fenômeno assim apenas “estando presentes ali”, porque não sabemos automaticamente onde é “ali”, nem como “estar presentes”. Mas, podemos ajudar a entender os fenômenos digitais tentando adquirir nossa própria experiência autêntica desses fenômenos como etnógrafos inseridos, incorporados, e refletindo constantemente sobre o que sabemos e como o sabemos. Penso que este aspecto da reflexividade – refletir sobre como sabemos o que sabemos sobre uma situação - provavelmente seja a parte mais significativa da etnografia em ambientes digitais (HINE, 2012 apud BRAGA, 2012, p.4).

Hine (apud BRAGA, 2012, p.4) também atenta para o fato de que as versões adaptadas da etnografia clássica a ambientes digitais podem correr riscos de um largo afastamento do que esta abordagem se propõe na sua potencialidade original, pelo simples fato de que as vezes, o pesquisador pode não estar fazendo a pergunta mais útil para obter a melhor compreensão do objeto em questão.

A abordagem mais tradicional da etnografia costuma envolver uma fase muito mais longa, mais intensiva e mais crítica destinada a descobrir a que perguntas o/a pesquisador/a vai responder. Assim, o primeiro aspecto da etnografia tradicional que acho muito útil para a etnografia em meios digitais é dedicar bastante tempo ao processo de familiarização, a olhar em torno e explorar o fenômeno sob todos os ângulos, tentando entender o que ele é, para quem existe e como é vivenciado. Considero este processo muito importante para desenvolver uma ideia das perguntas apropriadas a serem feitas e para alinhar as perguntas que fazemos com nossa noção de o que é esse fenômeno que estamos explorando (Ibid., p.4).

Segundo autores como Daniel Miller (2004), Don Slater (2000) e mais recentemente Richard Miskolci (2011), os variados usos do termo “etnografia” demandam distinções e análises bastante atentas. Pensando a respeito de abordagens que utilizaram pesquisas *on-line* e *off-line*, estes autores apontam, a partir de experiências próprias e pesquisas complementares, os riscos e efeitos de premissas simplistas que algumas análises podem incorrer ao reificar fenômenos e contextos. Exemplo claro disto é a pressuposição de que “a internet forma inerentemente relacionamentos ‘virtuais’ e pode, portanto, ser estudada como cenário autocontido (ignorando os ‘contextos’ off-line)” (MILLER, 2004, p. 46). Em contrapartida, pode-se descobrir, no meio de uma etnografia, que algumas pessoas tratam essas novas mídias de maneira virtual e fazem de tudo para separar seus relacionamentos *on-line* dos *off-line*. O autor nos alerta para o fato de que é preciso

“desagregar a Internet na profusão de processos, usos e “tecnologias” sociais que ela pode compor em diferentes relações sociais” (MILLER, 2004, p. 46) e que, portanto,

Isso fornece a base para nossa posição consistente contra muito da literatura prévia sobre a Internet. O problema não é só a falta generalizada de envolvimento contextualizado e em longo prazo. Nem é simplesmente a fascinação com o “virtual” e o “ciberespaço”, que tem levado tantos pesquisadores a conduzir estudos inteiramente on-line sobre os modos de interação e relacionamento específicos ao cenário on-line. O problema, ao contrário, é a falta de atenção às formas em que o objeto e o contexto precisam ser definidos em relação um ao outro para projetos etnográficos específicos. Às vezes, o uso da Internet parece constituir virtualidades, às vezes não. Certamente, no entanto, as diferenças observadas sobre esse assunto irão ou deveriam mudar as formas como um(a) pesquisador(a) reflete sobre a complexa relação entre pesquisa *on-line* e *off-line*, ao invés de incitá-lo (a) a começar de uma posição presumida e dogmática sobre esse tema (MILLER, 2004, p.47).

Richard Miskolci (2011) segue o mesmo horizonte de preocupação quando busca oferecer elementos históricos, teóricos e metodológicos, para interessados em pesquisar os usos das mídias digitais contemporâneas. Este autor parte da premissa de que corremos o risco de naturalizar as experiências atuais de acordo com a disseminação dos usos das mídias digitais sem refletir sobre como elas rearticulam meios de comunicações anteriores. Trata-se, portanto, de um movimento contínuo de substituições de plataformas de conectividade e de diferentes maneiras de interagir nestes meios, assim como o descarte de umas e a coexistência de outras.

Como sociólogo inserido na área de estudos de gênero e sexualidade, o que tenho acompanhado nesse campo investigativo me mostra que boa parte dos estudos tende a focar nas plataformas ou em seu público alvo replicando os interesses de seus criadores ou comercializadores em detrimento das maneiras divergentes e criativas com que os usuários as utilizam. A vertente que parte de um site como objeto de pesquisa, por exemplo, tende a circunscrever a investigação à plataforma ao invés de reconhecer seu campo nos interesses que regem o uso do site, o qual nunca é único e tende a se articular ao uso de outros assim como a formas off-line de interação (MISKOLCI, 2011, p.14).

De fato, segundo o autor, o caráter multifacetado do campo de análise das diferentes maneiras com que as pessoas utilizam as novas mídias dificulta em muito às vertentes de estudos existentes até o presente momento em dar conta da problemática apontada.

Don Slater em seu primeiro trabalho, no qual o cenário era uma pequena esfera de interação (troca de *sexpics*⁴ no Internet Relay Chat) constata que “colocar no contexto” traduziria características mais amplas, mas ainda substancialmente *on-line*, dado que essa conectividade era o enfoque do seu estudo. Por outro lado, o autor considera que “se limitar à pesquisa *on-line* não necessariamente implica que contextos mais amplos se tornem invisíveis ao pesquisador” (SLATER, 2004, p. 44). Em sua pesquisa, o autor percebeu que era possível e necessário contextualizar o que foi observado em termos de aspectos como discursos sobre sexualidade, instituição família, usos da tecnologia sob o signo de gênero, entre outros. Concluiu que essas características poderiam ser abordadas, tanto pela emergência em que foram observadas *on-line*, quanto pelos conhecimentos de fundo, ou seja, do contexto *off-line*. Mas, o que tudo isto significa, afinal? Vejamos a resposta de um dos autores.

Isso significa retornar à questão sobre o que exatamente nós podemos querer dizer com os contextos e as molduras da pesquisa etnográfica. Em anos recentes, escritores como Latour (1996) e Strathern (1999) têm questionado a separação da investigação em objetos e sujeitos, de um lado, e seus contextos, de outro, como se fossem entidades separadas, as quais o etnógrafo, como analista, reúne novamente de alguma forma. [...]. Eles se opõem à ideia, por exemplo, de que alguém poderia ter um estudo sobre obras de arte onde a sociedade seja especificada como o contexto, ou um estudo das relações de classe onde a economia política é definida como o contexto. Assim, a crítica deles traz, de alguma forma, a antropologia social de volta a um alinhamento próximo ao estudo da cultura material, um ramo da antropologia que manteve um conceito de cultura como um processo que produziu tanto a materialidade quanto relações sociais, sem que qualquer um fosse anterior ao outro (Miller, 1987). Todas essas abordagens sugerem que a etnografia deveria formar parte de um esforço para dissolver qualquer dualismo desse tipo e reconhecer que o relacionamento entre fenômeno e seus contextos seja visto como recíproco [...] (MILLER, 2004, p.46).

Embora, a primeira pesquisa de Slater tenha sido conduzida inteiramente na internet, ou seja, *on-line*, muito do seu entendimento atual sobre as atividades *on-line* do grupo pesquisado, perpassa por uma compreensão dos relacionamentos *off-line* dos sujeitos em questão, isto é, nos termos do autor:

Por exemplo, para entender o que algumas donas-de-casa norte-americanas estavam fazendo quando elas gastam horas envolvidas nessa troca de *sexpics* é necessária a

⁴ Materiais sexualmente explícitos.

compreensão de seus relacionamentos *off-line*, em geral com seus parceiros. Isto, por sua vez, explica um dos mais surpreendentes resultados que foi que, ao invés de serem uma vanguarda libertária, muitas daquelas envolvidas têm visões estreitas e, por vezes, bastantes conservadoras sobre a moralidade da atividade na qual estão envolvidas. Por exemplo, elas podem ficar bastante chateadas com aqueles que fraudam a quantidade de trocas que foram combinadas ou que trocam fotos que são consideradas como além de suas convenções como *sexcpics* apropriados ou moralmente justificados. Em síntese, este não é um estudo em que há simplesmente um fenômeno – a troca *on-line* de *sexcpics*, do qual o *off-line* é o contexto que o explica. Ao invés disso, há um reconhecimento do relacionamento complexo e nuançado entre mundos *on-line* e *off-line* que produz as estruturas normativas desses dois mundos (SLATER, 2000 apud MILLER, 2004, p. 47).

Com efeito, enxergar este processo é pensar de alguma maneira como esses compromissos (“colocar as coisas no seu contexto”) devem ser honrados em termos das questões, condições e contextos particulares da pesquisa (MILLER, 2004).

Pensando a respeito das experiências genuínas que o ciberespaço engendra enquanto “lugar” em si próprio, onde as coisas acontecem a todo o momento, Joo Ho Kim (2004, 2005) revisita diversos autores e especialistas para tentar fazer um esboço das fronteiras do ciberespaço, no qual perfaz um caminho que vai do abstrato ao sensível examinando seus efeitos.

A preocupação de Sterling com o estatuto de “realidade” tem a ver com a natureza do ciberespaço atualmente conhecida como “virtual”. Esse “virtual” é apreendido, em muitos casos, como uma oposição à natureza “real” da “realidade”. Entretanto, o reconhecimento de que a “realidade” é “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos ‘desejar que não existam’) [Berger; Luckmann, 1998, p. 11] basta para ver que essa oposição “virtual” *versus* “real” é ilusória e bastante confusa. Os crimes “virtuais” estão aí para nos mostrar de uma forma bem dura que a “virtualidade” do ciberespaço possui uma inegável natureza coercitiva de “realidade”. O fato é que somos seres “virtuais”, queiramos ou não, ao menos dentro do banco de dados de corporações e governos, e cada vez mais temos o conhecimento [...] de que o ciberespaço, apesar de virtual, é bastante “real” (KIM, 2004, p.213).

Dessa forma, podemos trabalhar com a perspectiva de que existe uma camada de interação sensível entre o homem e o ciberespaço que produz efeitos “reais” e tem consequências muito genuínas e que, portanto, o seu modo de operar pode ser observado e analisado, mesmo de forma *ambígua* nos seus dois sentidos: o poder de simular mundos e o de mascarar.

“A contrapartida da naturalização do ciberespaço é que nos tornamos, também, extensão dele: à medida que a virtualidade se transforma em campo de ação prática, cada vez mais a realização total do ser humano prescinde de sua inserção como coisa virtual do ciberespaço” (KIM, 2004, p. 216). Não obstante, qualquer estudo que ignore outro fator relevante, o da discrepância entre vidas moldadas pelo acesso e uso destas mídias e as que estão longe delas, deixará de reconhecer uma desigualdade que está no cerne dos desdobramentos de outras implicações sociais na apreensão dos objetos relacionados.

Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado. Por exemplo, é possível conectar-se por meio do uso de rede de telefonia fixa, *wi-fi* ou rede celular assim como essas formas de conexão podem se dar por computadores de mesa, portáteis, celulares ou *tablets*. É muito diferente acessar a rede por meio de um computador fixo em uma *lan house* usando linha telefônica ou acessá-la com o uso de um *smartphone* pela rede celular. Dentre os elementos que variam destacam-se a frequência de acesso, a mobilidade, a velocidade da conexão e o tipo de redes em que o usuário se insere (MISKOLCI, 2011, p.12).

Nesse processo, a saber, são milhares de pessoas “conectadas” em redes interagindo e distribuindo informação em fluxo constante e crescente, num ritmo cada vez mais veloz produzindo uma matriz internacional sem precedentes em sua escala. Pensemos aqui *fluxo* nos termos de Fredrik Barth e Ulf Hannerz, o primeiro relacionado ao conceito de cultura e relações sociais, para quem “a cultura está sempre em fluxo e em mudança, mas também sempre sujeita a formas de controle” (BARTH, 2005, p.22); o segundo, relacionado à dimensão transdisciplinar, “um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no seu lugar, a mobilidades e expansões variadas, à globalização em muitas dimensões” (HANNERZ, 1997, p.10). Nesse sentido é que podemos pensar nosso campo de observação também como fluído, corrido e que apresenta “linhas de fuga” e “linhas do devir” como nos fala Ingold (2012) retomando Deleuze e Guattari (2004).

Como vimos, é no contrário da captura e da contenção – na descarga e vazamento – que descobrimos a vida das coisas. Com isso em mente podemos voltar a Deleuze e Guattari (2004, p. 451, grifo dos autores), que insistem que onde quer que encontremos matéria, esta é “matéria em movimento, em fluxo, em variação”; e a consequência, continuam eles, é que “essa matéria-fluxo só pode ser *seguida*” (INGOLD, 2012, p. 35).

Os fluxos, de acordo com este autor, dizem respeito aos processos vitais e são também fluxos de materiais, fluxos entre coisas, que diferente da noção de objeto, as *coisas* estão vivas, possuem natureza porosa e vazante nas suas superfícies (INGOLD, 2012). Todavia, tais considerações não podem deixar de lado as hierarquias e relações de forças que vão configurar as experiências humanas, os movimentos e os atos de reflexão. De fato, a natureza do campo moveção diz muito da empreitada a ser perseguida pelos novos fazeres antropológicos.

Do labirinto do Campo ao labirinto do texto (n)etnográfico: autoria e alteridade em questão

Se de um lado as interações no ciberespaço operam produzindo ambiguidades, estas não deixam de refletir discussões de outrora entre uma geração de antropólogos, a respeito do êxito ou não dos seus trabalhos. Analisando a crítica americana pós-moderna⁵ a respeito do tipo de autoria e de texto produzida pela antropologia clássica, Caldeira (1988) mostra como esta crítica foi importante para compreender como se deu a legitimação da fórmula: “estive lá, vi e, portanto, posso falar sobre o outro”, que foi instituída por aqueles e que hoje podemos retomar, sob novas formas. A autora expõe de maneira esclarecedora, como ela (a crítica pós-moderna) se desenvolveu; seu contexto, as alternativas a que levaram suas perspectivas e a realização dos seus trabalhos, contudo, em sua maioria ainda não superando as ambiguidades postas da presença do autor nos discursos científicos.

Mas que tipo de presença é essa? Seguramente não é o mesmo tipo de presença do escritor que cria textos literários de ficção. A ficção antropológica (Geertz, 1973: Cap.1) tem algumas características peculiares: ela pretende de uma maneira objetiva (científica, diriam alguns) fazer a ponte entre dois mundos culturais, revelando para um deles uma outra realidade que só o antropólogo, este sujeito que experimenta e traduz, conhece. Presença ambígua, portanto, que precisa, ao mesmo tempo, mostrar-se (revelando a experiência pessoal) e esconder-se (garantindo a objetividade). Esta ambiguidade é a marca da presença do antropólogo nos textos (CALDEIRA, 1988, p.134).

⁵ Entre os principais críticos, Teresa Pires do Rio Caldeira cita: Boon 1982; Clifford 1981, 1983, 1986, Clifford e Marcus 1986, Fabian 1983; Marcus e Cushman 1982, Marcus e Fischer 1986; Rabinow 1985 e 1986; Stocking 1983, 1984, 1985, 1986; Strathern 1987.

Para Clifford Geertz, os problemas epistemológicos inerentes à empreitada etnográfica, bem como os de ordem moral da autoria, apresentados pelos antropólogos preocupados com a dimensão subjetiva dos fatos trazem uma série de entraves exagerados.

Diversos resultados lamentáveis decorrem desse sepultamento da questão de como os textos etnográficos são “autorizados” por baixo das angústias (a meu ver, bastante exageradas) a respeito da subjetividade. Entre eles encontra-se um empirismo exagerado até para as ciências sociais, porém um dos resultados mais nocivos é o de que, embora as ambiguidades implícitas nessa questão sejam profunda e continuamente sentidas, tem sido extremamente difícil abordá-las de modo direto (GEERTZ, 2002, p. 21).

Segundo este autor, a etnografia, seja ela o que for, é acima de tudo, uma apresentação do real, uma verbalização da vitalidade e que, portanto, o vínculo textual do “Estar lá” e do “Estar Aqui” da antropologia e a construção imaginativa de um terreno comum entre o “Escrito A” e o “Escrito Sobre” é a principal fonte da capacidade que tem a antropologia de ser persuasiva. Ao sistematizar informações coletadas a partir de experiências vividas em campo, os textos finais produzidos pelos pesquisadores nunca deixam de serem interpretações de “segunda e terceira mão”.

As assimetrias morais através das quais trabalha a etnografia, bem como a complexidade discursiva em que ela funciona, tornam indefensável qualquer tentativa de retratá-la como mais do que representação de um tipo de vida nas categorias de outro. Talvez isso seja o bastante. Pessoalmente, penso que é (GEERTZ, 2002, p. 188).

Ainda que existam pretensões do contrário, afirma o autor, nenhuma delas conseguiu livrar-se do ônus da autoria, no máximo o aprofundou. Diante delas é merecedor apontar que o estado atual da situação no campo é, ao mesmo passo, desordenado e inventivo, aleatório e variado. “Mas este já esteve assim antes e encontrou uma direção. O que não teve [...] foi a consciência das origens de seu poder. Para que prospere, [...] precisa conscientizar-se” (GEERTZ, 2002, p.190).

No entanto, boa parte das experiências pós-modernas encontrou eco, por assim dizer, nas tentativas de produzir uma nova maneira de escrever sobre culturas, um jeito que incorporasse no texto um pensamento e uma consciência sobre seus procedimentos, mas a respeito de um posicionamento político mais nítido, não foram além de evocações e menções genéricas nas quais se assume uma posição de autoridade dispersa e

“confortavelmente” ignorando ou tendendo a ignorar, que o conhecimento antropológico produz-se em contexto específico “[...] de um lado, em processo de comunicação, marcado por relações de desigualdade e poder, e, de outro, em relação a um campo de forças que define os tipos de enunciados que podem ser aceitos como verdadeiros” (CALDEIRA, 1988, p. 135).

É sabido que as condições em que se faz o trabalho de campo e o contexto em que se escreve sobre o “outro” mudaram radicalmente, apresentando um “nativo” que não está “isolado” e, de fato, nunca esteve. “Viver em comunicação em um lugar onde pessoas vêm e vão, interagem e se misturam com um grau considerável de pluralismo cultural é a condição normal da humanidade” (BARTH, 2005, p. 18). Porém, agora o “nativo” está imerso em redes de informações e interações instantâneas, distributivas e variadas, que são alimentadas por ele próprio e compartilhadas com outras pessoas, tornando-o mais reflexivo juntamente com o mundo. “O mundo de hoje também vem se tornando cada vez mais reflexivo, o que quer dizer que os leigos, os ‘nativos’, prestam atenção no que os especialistas dizem sobre eles, e muitas vezes o refutam” (HANNERZ, 1997, p. 29). É importante lembrar que essas relações não estão isentas da atenção do mercado, elas habitam um nicho de interesses e hierarquias, uma economia voltada para os signos se faz presente no seu meio, já que os signos, não os objetos, tendem a ser as principais mercadorias (LASH e URRY, 1994 apud HANNERZ, 1997). Porém, tudo isso não se estaciona apenas diante de uma economia de signos, nesse caso, mas também diante da operação de lógicas de reciprocidade oportunamente observáveis⁶. A complexidade de uma paisagem conceitual maior aponta para uma “macroantropologia”⁷, segundo Hannerz, o que sensivelmente nos coloca a necessidade de novas modalidades de saberes e fazeres etnográficos, decerto, curiosamente constrangida, a exemplo uma antropologia da/na Internet e/ou uma (*n*)*etnografia*⁸. Quando o assunto recai sobre representações na interação “homem/máquina”, “real/virtual”.

⁶ A exemplo, ver o trabalho que analisa o surgimento e consolidação do sistema operacional Linux. APGAUA, Renata. “O linux e a Perspectiva da Dádiva”. In: **Horizontes Antropológicos**. Ano 10, n. 21. Porto Alegre, jan/jun, 2004. p. 221-240.

⁷ “um ponto de vista bastante abrangente da coerência (relativa) e da dinâmica de entidades sociais e territoriais maiores do que aquelas convencionalmente abordadas pela disciplina” (HANNERZ, 1997).

⁸ O termo associa o prefixo *net* (referente à Internet) com *ethnography* e foi cunhado por um grupo de pesquisadores(as) norte americanos(as), Bishop, Star, Neumann, Ignacio, Sandusky & Schatz, em 1995 (BRAGA, 2003).

Culturas locais no ciberespaço: repensando relações entre cultura e tecnologia.

O viés analítico adotado por Mário J. L. Guimarães Júnior. em seus estudos sobre Ciberespaço pressupõe que as redes telemáticas configuram mais que um meio de comunicação, um *espaço de sociabilidade* (GUIMARÃES JÚNIOR., 2000, p.141). Seus estudos apontam que no interior deste espaço se desenvolvem culturas relativamente autônomas. A partir de dados etnográficos de sua pesquisa de mestrado, que abordou especificidades comunicacionais de uma plataforma de sociabilidade virtual multimídia, o Palace⁹, fizeram-lhe construir argumentações de que os usuários desta plataforma conformam uma cultura local, ao trocarem “falas” através de textos, ao performatizarem suas interações através de um “corpo virtual” - um “*avatar*”¹⁰ -, ao modificarem expressões faciais, ao demonstrarem preocupação com o seu vestuário no ambiente projetado, emitirem sons diversos, trocarem objetos com outros avatares.

Estas redes telemáticas, todavia, engendram fenômenos que vão muito além da comunicação no sentido estrito do termo. Mais do que um meio de comunicação, elas oferecem suporte a um espaço simbólico que abriga um leque vasto de atividades de caráter societário, e que é palco das práticas e representações dos diferentes grupos que o habitam (GUIMARÃES JÚNIOR, 2000, p. 142).

Este local onde transcorre a ação é definido a partir da perspectiva de Pierre Lévy, para quem o virtual não se opõe ao real. “O virtual não é o oposto do real, mas sim uma esfera singular da realidade, onde as categorias de espaço e tempo estão submetidas a um regime diferenciado” (GUIMARÃES JÚNIOR, 2000, p. 142). Neste sentido, o Ciberespaço necessita de uma definição, cujas considerações expor sua complexidade e sua heterogeneidade.

O termo “Ciberespaço” pode ser definido como o *locus* virtual criado pela conjunção das diferentes tecnologias de telecomunicação e telemática, em especial, mas não exclusivamente, as mediadas por computador. É importante sublinhar que esta definição não circunscreve o Ciberespaço a redes de computadores, mas sim percebe como suas instâncias diferentes aparatos de telecomunicação, desde

⁹ www.thepalace.com.

¹⁰ Representação gráfica de um corpo.

Interações no ciberespaço

teleconferências analógicas, passando por redes de computadores, “pagers”, comunicação entre radioamadores, e por serviços do tipo “teleamigo” [...]. O ciberespaço, assim definido, configura-se como um *locus* de extrema complexidade, de difícil compreensão em termos gerais, cuja heterogeneidade é notória ao percebermos o grande número de ambientes de sociabilidade existentes, no interior dos quais se estabelecem as mais diversas e variadas formas de interação, tanto entre homens, quanto entre homens e máquinas e, inclusive, entre máquinas (GUIMARÃES JÚNIOR, 2000, p. 142).

Com efeito, a proposta deste autor para seu objeto de estudo é realizar o que ele chama de “abordagem analítica intrínseca”, ou seja, um deslocamento na compreensão do Ciberespaço como “objeto” em si, para um espaço *frequentado* por *personas* que constituem localidades e territorialidades. Tenta-se compreender as singularidades dos grupos desse universo “social”. Por outro lado, segundo o autor, existem as “abordagens extrínsecas” que tomam o Ciberespaço como mais um aspecto da cultura contemporânea. “Ambas as abordagens são válidas e complementares, na medida em que são apenas distinções analíticas e em que para cada uma se constitui uma classe distinta de problemas” (GUIMARÃES JÚNIOR, 2000, p. 143).

Todavia, o autor realiza a defesa de sua abordagem considerando que ela consegue perscrutar o interior do ciberespaço buscando especificidades onde vigoram culturas localmente determinadas e negociadas.

A respeito das fronteiras entre *on-line* e *off-line* e seu “estatuto ontológico” que ora delimitam dois universos distintos ora coloca-os como fortemente entrelaçados, o autor nos alerta para levarmos em consideração novamente as especificidades das práticas sociais que ocorrem em seu interior, ou seja:

A opção por situar a pesquisa empírica no *on-line*, no *off-line* ou em ambos não pode ser tomada *a priori*, mas deve considerar critérios como a natureza do problema de investigação, a disponibilidade dos informantes e mesmo as contingências físicas (GUIMARÃES JÚNIOR., 2000, p. 145).

Para este autor, certos recortes de análise podem impossibilitar o acesso ao *off-line* enquanto que outros o tornam dispensável. Outra característica apontada no conjunto de abordagens sobre o tema é a flexibilidade das tecnologias de informação e comunicação. Esta natureza flexível se dá muitas vezes no processo em que, tanto o *hardware* quanto *software*, são elaborados de forma a facilitar futuras alterações e reconfigurações. Amplifica-se a relação simbiótica e ao mesmo tempo intrincada entre tecnologia e cultura.

A transformação e reelaboração – tanto simbólica quanto “material”- de artefatos culturais é ainda mais pronunciada quando esses artefatos são empregados como ferramentas e plataformas para a existência de culturas locais no ciberespaço. Tecnologias relacionadas à criação de espaços sociais são frequentemente utilizadas de formas diferenciadas àquela previstas por seus *designers*, sendo amplamente ressignificadas por seus usuários. As características e particularidades da vida social que se desenvolve *dentro* e *através* dessas tecnologias fazem com que seus usuários pressionem os limites das aplicações, de forma com que as mesmas se adaptem às suas culturas locais (GUIMARÃES JÚNIOR., 2004, p.148).

Desta relação, decorre que as tecnologias utilizadas para a criação de ambientes de sociabilidade no ciberespaço não são apenas utilizadas em contextos sociais, mas sim, engendram esses contextos, na medida em que estabelecem as condições necessárias para seu estabelecimento. (GUIMARÃES JÚNIOR, 2004). A relação entre tecnologia e cultura é aqui acreditada sob ponto de vista de sua fluidez e dinamismo, com usuários que adaptam e ressignificam, transformando de diversas maneiras tais tecnologias. “Esta diluição de fronteiras, no caso do desenvolvimento das tecnologias relacionadas à vida social no ciberespaço, tem implicações tanto na natureza da sociabilidade *on-line* quanto nos processos de desenvolvimento de tecnologias” (GUIMARÃES JÚNIOR, 2004, p. 133).

Com efeito, usos e estudos das tecnologias de realidade virtual, estabeleceram uma rede sociotécnica¹¹ complexa e abrangente, que envolve desde acadêmicos, programadores, designers e usuários no desenvolvimento de produtos desse “nicho” tecnológico que são os *avatars*. Esta rede sociotécnica dos avatares é parte de uma rede mais ampla atrelada à indústria da recreação (videogames e filmes), imagens biomédicas, interatividade de performance artística e outros. Neste caso, o autor usa o *avatar* como representação do usuário no ciberespaço, percorrendo “etnograficamente” várias etapas de sua produção: científica, empresarial, testes e uso. O que suas observações constataram é que os avatares, assim como qualquer outro artefato, são elaborados a partir de determinadas concepções sobre seu possível uso. Estas concepções estão relacionadas com representações culturais sobre o que é um corpo e isto exerce um importante papel na forma pela qual estas tecnologias são concebidas. Além do mais, surgem formas peculiares de gerenciar os conhecimentos técnicos entre os programadores. Por exemplo,

¹¹ Ver projeto de pesquisa: *Avatars: Technologies of Embodiment in Cyberspace*.

são criados fóruns de discussões na *web* que configuram um locus profícuo de compreensão do contexto de produção de plataformas que empregam tecnologia 3D nos dias atuais.

O processo de aprendizado do funcionamento e características da plataforma, além de truques para contornar as limitações e *bugs* da versão beta, ocupa um papel importante no dia-a-dia do fórum. Uma das atividades prestigiadas é a criação de tutorias na *web* a respeito de aspectos específicos da plataforma. Alguns desses tutoriais apresentam grande grau de sofisticação editorial, contando com exemplos e detalhes, e tornaram-se “clássicos”, citados com frequência para os novatos. Todas essas atividades contribuem para estreitar os laços entre os membros, dessa forma reforçando o sentimento de comunidade (GUIMARÃES JÚNIOR, 2004, p. 140).

Em um artigo recente Débora Leitão & Laura Gomes (2011) problematizaram questões metodológicas e existenciais a partir de experiências enquanto antropólogas desenvolvendo etnografias na plataforma virtual do *Second Life*. Dentre os mundos virtuais mais conhecidos, atualmente o SL¹² constituiu um espaço para estas autoras pensarem a respeito da importância do ambiente para realização de pesquisas de campo, bem como a imersão como aspecto gerador de problemas epistemológicos distintos, a serem investigados com a devida atenção.

[...] acreditamos ser a imersão o principal diferencial dos mundos virtuais, demarcando inclusive suas fronteiras com relação a outras plataformas digitais *online*. A imersão poderia ser relacionada com a produção de presença e, no caso dos mundos virtuais, teríamos um tipo de presença no qual não apenas temos a sensação de que o outro está presente, mas no qual sentimos que estamos lá, noutro ambiente, nesse caso um ambiente digital e virtual (LEITÃO; GOMES, 2011, p. 24).

Para estas autoras, existe por meio do processo que elas denominam de “avatarização”¹³ uma dimensão existencial na plataforma virtual do SL que não pode ser negligenciada. A relação que se estabelece entre o usuário e seu *avatar* tem implicações de um engajamento recíproco na socialização dentro dos ambientes virtuais.

¹² Os residentes do *Second Life* costumam se referir a esse mundo virtual como SL, muitas vezes em oposição ao *Real Life*, ou melhor, RL.

¹³ “Utilizamos o termo “avatarização” e/ou “ser avatarizado” no sentido equivalente ao termo “humanização” e “humanizar” quando atribuímos qualidades humanas a animais, fenômenos naturais, objetos, coisas, etc.” (LEITÃO; GOMES, 2011, p. 24).

Outro aspecto importante levantado é a polarização espacial, efeito de um tipo de deslocamento no tempo e/no espaço frequentemente efetuada pela antropologia tradicional produzindo uma hierarquia de lugares que devem ser melhor entendidos como campo. A partir de um exame crítico do ensaio de Geertz (2002) no que tange a abordagem eminentemente cultural do encontro presencial entre o antropólogo/a e o nativo/a, as pesquisadoras colocam a seguinte questão: Mas afinal, onde é o “Estar Lá” do trabalho de campo em mundos virtuais? Diante da complexidade e constrangimentos impostos por um encontro etnográfico clássico, elas chegam à conclusão de que “em boa medida a antropologia analógica é tributária do preconceito ocidental e cristão de que apenas os grupos humanos possuem o poder de afetarem o meio-ambiente [...] e nunca o contrário” (LEITÃO; GOMES, 2011, p. 25). Na visão das autoras é preciso considerar outras perspectivas quando se quer pesquisar grupos humanos que estabelecem relações não mais diretamente, face a face, mas via avatares, promovidas (e não somente mediadas) pela manipulação de máquinas, sistemas e outros objetos técnicos. Numa antropologia do mundo digital, como sugere Daniel Miller (2012), a centralidade dos humanos encontra-se profundamente desestabilizada, ou seja, a presença humana só é visível por outras formas singularmente fundidas à tecnologia e que impele o pesquisador à seguinte situação:

Para começar, é fundamental dizer que para chegarmos àquele mundo, primeiramente teremos de acreditar na sua existência, concordando com o fato de que um computador e alguns softwares possuem o poder de nos levar até ele, e que este lugar para onde iremos se encontra em parte dentro do computador e em parte em nossa imaginação (LEITÃO; GOMES, 2011, p. 26).

Neste caso, deve-se considerar que o “Estar Lá” dependerá em boa medida da crença do usuário do programa a respeito dessa matéria e da forma como sua consciência será ou já se encontra afetada pelos usos da tecnologia para perceber a realidade em questão, como estão representadas as relações corpo/mente, ao mesmo passo em que suas relações com o avatar (LEITÃO; GOMES, 2011).

Dentro dos limites e dilemas que cercam os estudos que se abrem com a internet Theophilos Hifiotis (2010) chama atenção para a discussão sobre o diário de campo nesse contexto. O diário de campo não pode ser confundido com um simples “tomar notas”, ele é mais do que uma escrita diária do que se observa e participa. Sua contribuição fundamental reside na reflexão sistemática entre a experiência parcial e a busca de recorrências significativas no desenrolar das ações. Ao relatar sua experiência em um

canal de comunicação como o IRC e onde os atos comunicacionais não são mais exclusivamente textuais, a experiência de campo no ciberespaço torna-se cada vez mais próxima de uma situação de copresença.

[...] lembro que a ideia de utilizar o arquivo de *log* como diário de campo, me parece limitar o registro à manifestação linear das interações processadas pelo computador. Apenas como exemplo, citaria o ritmo e a simultaneidade das interações e os diálogos em “privado”, tão comuns em canais de IRC e que não podem ser capturados pelos registros de *logs*. É uma situação que me lembra a introdução do gravador e posteriormente do vídeo que foram inicialmente incorporados na pesquisa como solução para os limites da observação de campo e coleta de informação, e num momento seguinte possibilitaram um aprofundamento sobre o discurso, a interferência da presença do pesquisador em campo, etc (RIFIOTIS, 2010, p. 21).

Em suma, as posições antagônicas entre “*apocalípticos*” e “*apologéticos*”¹⁴ que marcaram o debate entre os estudiosos do ciberespaço no início da década passada, estão dando espaço mais salutar para trabalhos específicos que visam a produtividade social nesta nova modalidade de interação.

Atualmente, as posições são mais nuançadas e a polaridade, digamos ideológica, que foi uma marca do início da década passada, perdeu a sua centralidade. O que faltava então é o que começamos a acumular de modo significativo nos últimos anos: trabalhos específicos sobre as modalidades de interação concreta na e pela internet, ou seja, a produtividade social do Ciberespaço. Assim, ao invés de definições apriorísticas de Ciberespaço, Cibercultura etc., que poderiam se confundir com um nominalismo, retomamos as interrogações básicas sobre como se dão as relações neste espaço. Criam-se então condições para revisitarmos criticamente os conceitos e princípios metodológicos da Antropologia (RIFIOTIS, 2010, p. 17).

Um exame mais atento sobre estas relações poderão revelar especificidades sobre as novas modalidades de interação social que ocorrem no ciberespaço, bem como suas implicações para suas respectivas “culturas locais”. O tratamento empírico tanto quanto normativo destas questões faz jus ao reconhecimento da importância das propostas colocadas por estes, por assim dizer, pioneiros de uma Antropologia na/da internet e uma (n)etnografia contemporânea. Em suma, elas revelam a necessidade de outros trabalhos

¹⁴ Rifiotis refere-se à polaridade existente a partir dos anos de 1990 entre “apocalípticos”, aqueles que viam um processo de segmentação e homogeneização, e “apologéticos”, aqueles que viam o nascimento de um novo mundo com acesso mais democrático à comunicação e à informação.

que visem somar-se ao corpus de análise que ainda está em vias de construção, mas que já dão sinais de sua vitalidade e longevidade.

Considerações finais

Os percursos realizados até aqui, tentaram expor como problemáticas específicas podem ser levantadas na construção do conhecimento antropológico acerca da hipermídia e as relações e interações que daí desponta. A partir da ótica de experiências (n)etnográficas, realizadas elegendo as configurações *on*, *off-line* ou ambas, buscou-se compreender, em que medida, essas reflexões sobre textos, autoria e alteridade dialogam e/ou reelaboram velhos dilemas do ofício do antropólogo. No questionamento do método que abarque, não só o que está na “dobra” das relações simbólicas entre tecnologias e culturas, mas, sobretudo, às consequências refletidas no mundo concreto, se faz necessário a compreensão da figura humana (orgânico ou feito de *pixels*) e seus coletivos em tempos de fluxos cada vez mais velozes de informações e variações na transação de conhecimento e moldagem da cultura. Disso resulta, como sugerem algumas investigações, muitas outras questões instigantes como, por exemplo: quem é de fato o nativo a ser encontrado ou investigado nesses ambientes ou lugares tão multifacetados, para não dizer imaginados ou fantasiados maquinicamente?

Bibliografia

- BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. In: *Antropolítica*. Niterói, n. 19, p. 15-30, 2. Sem, 2005.
- _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BRAGA, Adriana. Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/ E- compós*, Brasília, v.15, n.3, set./dez. 2012.
- BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. *UNI revista*. Vol. 1, nº3: julho, 2006. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Braga.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2013.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia. *Novos Estudos*, CEBRAP, 1988 n. 21, p. 133- 157, julho.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

_____. Do ponto de vista de nativo: a natureza do pensamento antropológico. In: *O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.

_____. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989, p. 13-41.

GUIMARÃES JÚNIOR, Mário J. L. (2013). O ciberespaço como cenário para as Ciências Sociais. *IX Congresso Brasileiro de Sociologia*, Porto Alegre, setembro 1999. Disponível em: < http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/ciber_cenario.html>. Acesso em: 08 ago.

_____. De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line. In: *Horizontes Antropológicos*. Ano 10, n. 21. Porto Alegre, jan/jun, 2004, p. 123-154.

_____. O ciberespaço como cenário para as Ciências Sociais. In: *Ilha*, Florianópolis, n.1, dezembro, 2000, p.139-154.

HANNERZ, Ulf. Fluxo, Fronteiras, Híbridos: palavras-chave da Antropologia transnacional. In: *Mana*, RJ, 1997, ano 3, n. 1, p. 7-39, set/out.

HIFIOTIS, Theophilos. [et al.]. *Antropologia no ciberespaço*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. London: Sage, 2000.

INGOLD, Tim. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de Antropologia da técnica e da tecnologia. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2011, ano 17, n.36, p. 95-125, jul./dez.

JUNGBLUT, Airton Luiz. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. In: *Horizontes Antropológicos*. Ano 10, n. 21. Porto Alegre, 2004, jan/jun, p. 97-121.

KIM, Joon Ho. *Imagens da Cibercultura: As figurações do ciberespaço e do ciborgue no cinema*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2005.

_____. Cibernética, Ciborgues e Ciberespaço: notas sobre origens da cibernética e sua reinvenção cultural. In: *Horizontes Antropológicos*. Ano 10, n. 21. Porto Alegre, 2004, jan/jun, p. 199-219.

LEITÃO, D. K; GOMES, L.G. Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Se cond Life. *Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v. 12, n.2, p. 23-38, jul./dez. 2011.

LÈVY, Pierre. O ciberespaço e a economia da atenção. In: *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação/ (org.) André Parente*. Porto alegre: Sulina, 2004.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, Nádia Laguárdia de. *Fascínio e alienação no ciberespaço: uma contribuição para o campo da educação*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação, Mestrado em Educação), 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2009, ano 15, n.32, p. 129-156, jul./dez.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro. In: *RBCS*, São Paulo, 2002, n.49, junho.
- MILLER, Daniel. The digital and the human: a prospectus for digital anthropology. In: HORS, Heather A.; MILLER, Daniel (Ed.). *Digital Anthropology*. Berg: London, 2012.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. In *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 2004, ano 10, n.21, p. 41-65, janeiro./junho.
- MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN)*, Natal, v. 12, n.2, p. 09-22, jul./dez. 2011.
- NICOLLACI-DA-COSTA, A. M. *Cabeças digitais: o cotidiano na Era da Informação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/ Louola, 2006.
- _____. *Na malha da rede: os impactos íntimos da internet*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.